



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRAL DE AULA INTEGRADA  
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA**

**JOZIANE GUEDES ARAÚJO**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:  
O ACREDITAR FAZ A DIFERENÇA!**

**Campina Grande  
2013**

**JOZIANE GUEDES ARAÚJO**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:  
O ACREDITAR FAZ A DIFERENÇA!**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentação como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, pelo curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I- Campina grande – PB, sob a orientação da P<sup>ra</sup> Diana Sampaio Braga.

**Campina Grande  
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB.

A663a

Araújo, Joziane Guedes.

Atendimento educacional especializado: o acreditar faz  
diferença! [manuscrito] . / Joziane Guedes Araújo,  
2013.

31 f. il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) –  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Profa. Ma. Diana Sampaio Braga,  
Departamento de Pedagogia”.

1. Educação Inclusiva 2. Pessoas Portadoras de Necessidades  
Especiais 3. Prática Docente I. Título.

21. ed. CDD 37.115

**JOZIANE GUEDES ARAÚJO**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:**

**O ACREDITAR FAZ A DIFERENÇA!**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentação como requisito  
parcial para a obtenção do título  
de Licenciatura em Pedagogia,  
pelo curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual da Paraíba  
– UEPB- Campus I – Campina  
Grande – PB.

Aprovado em 05 / 09 / 2013

Nota 9,0

**BANCA EXAMINADORA**

Diana Sampaio Braga

Profª Doutoranda Diana Sampaio Braga

Orientadora

Livânia Beltrão Tavares

Profª Ms. Livânia Beltrão Tavares

Banca Examinadora

Eduardo Gomes Onofre

Profª Ms. Eduardo Gomes Onofre

Banca Examinadora

## Introdução

A discussão sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas ditas 'regulares' vem ganhando maior dimensão nos últimos tempos. Podemos conceituar inclusão antes de tudo como um processo educacional gradual e interativo. É um movimento que respeita às singularidades de cada ser humano, oferecendo respostas às suas necessidades e particularidades. A perspectiva primordial da inclusão é a certeza de que não existem pessoas iguais e são exatamente as diferenças entre os seres humanos, que o caracterizam. O aluno é então compreendido como um ser único, singular e social, que tem sua história de vida, constituindo-se então um ser histórico diferente.

O presente trabalho tem como finalidade apresentar a experiência do trabalho que desenvolvo em algumas escolas no município no qual resido, Pocinhos – PB, onde atuo como professora na Sala de Recursos Multifuncionais, função esta que disponibiliza o Atendimento Educacional Especializado para as crianças que apresentam algum tipo de deficiência e estão inseridas na rede municipal de ensino.

Para tanto, a priori se faz necessário conhecermos o conceito no que diz respeito à Educação Inclusiva, fazendo um breve feedback de sua história, analisando a Declaração de Salamanca de 1994, bem como, conhecer nosso principal objeto de estudo que o Atendimento Educacional Especializado : Como surgiu? Quais as políticas que o regem? Qual o seu papel dentro da escola "comum"? Dentre outros questionamentos que podem surgir a cerca do tema abordado.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde a Declaração de Salamanca, em 1994, passou-se a se considerar a inclusão dos alunos com necessidades especiais educacionais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais, na medida em que se considerou que a maior parte dessa população não apresenta qualquer característica intrínseca que não permita essa inclusão.

O princípio que fundamenta a referida declaração denota que toda criança tem direito à educação como meio de alcançar um nível adequado de desenvolvimento, em que características individuais, habilidades e necessidades, que lhe são particulares, serão respeitadas. Para isso, os sistemas de ensino devem ser organizados com vistas a atender também um público, cujas diferenças, entre os diferentes, podem ser mais acentuadas, os chamados alunos com necessidades especiais.

“As escolas inclusivas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras”. Dessa forma, o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter.

A partir da Declaração de Salamanca (1994), principalmente na última década, o Brasil, a exemplo dos demais signatários, começou a implantar políticas de inclusão no ensino regular de alunos com necessidades especiais, por considerarem-na como a forma mais democrática para a efetiva ampliação de oportunidades para essa população. Essas políticas baseavam-se em um ideal de democracia, cujo principal objetivo era a efetiva ampliação de oportunidades para essa população marginalizada.

Nesse contexto de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determina:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001)

Partindo desse pressuposto, e fomentando as leis que regem a implementação da educação inclusiva, o governo brasileiro busca novas estratégias para intensificar sua efetivação nas escolas regulares. Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Caiado (2003) considera:

O direito à educação de pessoas deficientes é um muito recente em nossa legislação. Como prática social, a educação à pessoa deficiente aparece em nossa história com iniciativas tímidas e isoladas, sempre muito aquém da demanda social. ( p.99-100)

Em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que objetiva, dentre as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e

desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.

No ano de 2007, no contexto com o Plano de Aceleração do Crescimento- PAC, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE, reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

Tendo em vista a grande demanda de crianças e jovens com deficiência nas escolas regulares, em 18 de setembro de 2008, foi publicado o DECRETO Nº- 6.571/08, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamentando o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

Desse modo, a inclusão propõe mudanças de paradigmas, sepulta o modelo singular de educação, sugere sua pluralidade, abala a arcaica estrutura do professorado, enfim, permite que os alunos e alunas sejam aqueles, cuja identidade não está centrada em um modelo único e intocável, ao contrário, na escola inclusiva as alunas e os alunos constroem conjuntamente com a comunidade a sua identidade diante das experiências coletivas.

Como podemos constatar no decorrer desse trabalho, nunca o tema da inclusão esteve tão presente no dia-a-dia da educação. Cada vez mais professores estão percebendo que as diferenças não só devem ser aceitas, mas também acolhidas como subsídio para a construção do cenário escolar. E não se trata apenas de admitir a matrícula dessas crianças, isso nada mais é do que cumprir a lei. O que devemos fazer é oferecer serviços complementares, adotar práticas criativas na sala de aula, adaptar o projeto pedagógico, rever posturas e construir uma nova filosofia educativa. Aprender a conviver com as diferenças é um crescimento pessoal, um passo nas relações interpessoais.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e

desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas educacionais compatíveis com a inclusão.

Um ensino para todos os alunos há que se distinguir pela sua qualidade. O desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aulas é uma tarefa a ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional. Um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, segundo suas peculiaridades.

O Projeto Político Pedagógico é o instrumento por excelência para melhor desenvolver o plano de trabalho eleito e definido por um coletivo escolar; ele reflete a singularidade do grupo que o produziu, suas escolhas e especificidades. O PPP não pode ser um documento paralelo que não diz respeito, que não atravessa o cotidiano escolar e fica restrito à categoria de um arquivo ou de uma alegoria, de caráter residual. Ele altera a estrutura escolar e escrevê-lo e arquivá-lo nos registros da escola só serve para acomodar a consciência dos que não têm um verdadeiro compromisso com uma escola de todos, por todos e para todos.

Desse modo, percebendo a importância do PPP sobre as diretrizes que regem a escola, se faz mister compreender que a elaboração do mesmo deve buscar vir a atender as necessidades específicas da escola no que diz respeito, tanto com relação a acessibilidade do espaço físico para receber o aluno com deficiência, bem como, no preparo de todos os funcionários que compõem o ambiente escolar para que possam acolher com grande estima esses alunos.

Muitas decisões precisam ser tomadas pelas escolas ao elaborarem seus Projetos Político Pedagógicos, entre as quais destacamos algumas, que estão diretamente relacionadas com as mudanças que se alinham aos propósitos da inclusão: fazer da aprendizagem o eixo das escolas, garantindo o tempo necessário para que todos possam aprender; reprovar a repetência; abrir espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam praticados por seus professores, gestores, funcionários e alunos, pois essas são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; valorizar e formar continuamente o professor, para que ele possa atualizar-se e ministrar um ensino de qualidade.

E em face da realidade vivenciada nas nossas escolas, podemos constatar a inquietação dos professores com relação à presença de alunos com deficiência na sala de aula, pois infelizmente ainda nos encontramos despreparados diante de tal situação, visto que não é fácil abrir mão de antigos conceitos, mas precisamos romper essas barreiras, pois já sabemos dos benefícios da Escola Inclusiva, não apenas para aquele que possui necessidades educacionais especiais, mas para todos, que crescem com a diversidade e, certamente, serão pessoas melhores no futuro.

Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. (SASSAKI, 1997, p. 164)

Com o objetivo de tornar a escola esse espaço democrático que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais, o Ministério da Educação implementa uma política de inclusão que pressupõe a reestruturação do sistema educacional. Atendendo as necessidades educacionais especiais e respeitando seus direitos, a Sala de Recursos Multifuncionais favorecerá o processo de inclusão educacional, trabalhando com alunos em turno inverso ao ensino regular à que estão matriculados, orientando pais e professores.

Sendo assim, a Sala de Recursos Multifuncionais surge como um apoio pedagógico complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. Não sendo meramente um reforço escolar, mas um somatório de ações junto à escola regular na perspectiva de crescimento e inclusão do aluno dentro do âmbito escolar como um todo.

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns da rede pública de ensino atende a necessidade histórica da educação brasileira, de promover as condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público

alvo da educação especial no ensino regular, possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização.

A construção de políticas públicas inclusivas, de acesso aos serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade nas escolas regulares, eliminam a discriminação e a segregação, superando o modelo de escolas e classes especiais.

Nessa perspectiva, os sistemas de ensino modificam sua organização, assegurando aos alunos público alvo da educação especial a matrícula nas classes comuns e a oferta do atendimento educacional especializado, previsto no projeto político pedagógico da escola.

Para aquisição de tal programa nos municípios, basta tão somente a Secretaria de Educação apresentar a demanda no Plano de Ações Articuladas - PAR e indicar as escolas a serem contempladas por meio do Sistema de Gestão Tecnológica – SIGETEC. Feito isso, o programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular, um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de Atendimento Educacional Especializado. Cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE.

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. Dentre as atividades curriculares específicas desenvolvidas no atendimento educacional especializado em salas de recursos se destacam: o ensino da Libras, o sistema Braille e o Soroban, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular, dentre outros.

Nesse sentido, o atendimento educacional especializado não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos realizados pelos próprios alunos.

Os alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais são aqueles que apresentam alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente. Entre eles estão os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou

limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares, os alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais, os alunos que evidenciem altas habilidades/superdotação e que apresentem uma grande facilidade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico. Também fazem parte destes grupos, os alunos que enfrentam limitações no processo de aprendizagem devido a condições, distúrbios, disfunções ou deficiências, tais como: autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia, deficiência física, paralisia cerebral e outros.

A organização do Atendimento Educacional Especializado considera as peculiaridades de cada aluno. Alunos com a mesma deficiência podem necessitar de atendimentos diferenciados. Por isso, o primeiro passo para se planejar o Atendimento não é saber as causas, diagnósticos, prognóstico da suposta deficiência do aluno. Antes da deficiência, vem a pessoa, o aluno, com sua história de vida, sua individualidade, seus desejos e diferenças.

Há uma grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais ou até na sala de aula regular, entre eles destacam-se: os jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento; os jogos adaptados, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, livros de histórias virtuais, livros falados; recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, mobiliários adaptados e muitos outros.

Muitas vezes a adaptação de recursos se faz necessária, depende das necessidades particulares de cada aluno, sendo assim chamado de Tecnologia Assistiva. São consideradas Tecnologias Assistivas desde artefatos simples, como uma colher adaptada, lápis adaptado, até sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade satisfatória dos alunos atendidos, que possibilitem sua autonomia, de acordo com os objetivos que pretendem ser alcançados com tal artefato. Visto que as Tecnologias da Informação e da

Comunicação vem se tornando, cada vez mais, instrumentos de inclusão, uma vez que viabilizam a interação do sujeito com o mundo.

Conhecendo um pouco do programa e suas especificidades, se faz mister conhecer também um dos principais protagonistas desse trabalho que sem dúvidas é o professor do AEE. Sendo que, suas funções se diferem um pouco do professor da sala regular, tenha visto que seus deveres são bem mais conotativos, como veremos a seguir.

O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deve atuar como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado; atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo; promover as condições de inclusão desses alunos em todas as atividades da escola; orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional; informar a comunidade escolar a cerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional; participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades especiais dos alunos; preparar material específico para o uso dos alunos na sala de recursos; orientar a elaboração de material didático-pedagógico que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular; indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade e articular com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

Segundo Pires (2006, p. 30):

Participar do processo de inclusão dos excluídos da nossa sociedade, além de revelar nossa atitude de educadores face às pessoas com necessidades educativas especiais e perante a sociedade, tal atitude expressa uma função teleológica voltada para o aperfeiçoamento ético e moral dos indivíduos nessa reconstrução social.

Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é relatar uma experiência realizada na Sala De Recursos Multifuncionais, da Escola Municipal Manoel Agostinho da Silva, localizada na cidade de Pocinhos, município no qual resido. Para tanto, irei utilizar um estudo de caso de um aluno, um método qualitativo que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual, nesse caso, um estudo sobre as necessidades específicas de um aluno, o qual iremos preservar sua identidade, fazendo uso de nome fictício ao analisarmos seu caso.

### **Relato de experiência da Sala de Recursos**

Face ao exposto, percebemos o quão se faz necessário que nós como profissionais da educação busquemos nos adaptarmos ao currículo da escola atual, visto que a diversidade e a inclusão é uma realidade que nos permeia.

Dessa forma, pretendo através desse relato falar sobre a experiência do trabalho desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncionais no município de Pocinhos, no qual resido; onde trabalho a 3 (três) anos no Atendimento Educacional Especializado ao aluno com algum tipo de deficiência, seja ela física ou mental; como também, alguns tipos de transtornos, desde que sejam devidamente comprovados através de laudos médicos.

No nosso município atualmente contamos com 3 (três) Sala de Recursos Tipo I, inserida conseqüentemente em 3 instituições de ensino público, escolhidas devido ao número de alunos que constam na matrícula escolar, que apresentam algum tipo de deficiência ou transtorno. Para especificar tais informações, se faz necessário a priori, um mapeamento das escolas do município para obtermos os dados fundamentais desse aluno, para que assim se faça o encaminhamento do mesmo para o AEE. Ao termos em mãos esses primeiros dados, é realizada uma reunião com os pais ou responsáveis afim de apresentarmos o trabalho complementar que a Sala de recursos realiza conjuntamente com a escola regular, visando um maior desenvolvimento das habilidades do(a) seu(a) filho(a), ressaltando que o AEE não é meramente um reforço escolar, como muitos pensam, mas sim um programa que auxilia o aluno com deficiência no seu processo pedagógico dentro da própria escola.

Quando é feita a matrícula da criança pelos seus pais na escola regular, juntamente com ela vem um laudo quando a criança apresenta principalmente a Deficiência Intelectual. Assim que elas vêm para a escola passamos a observá-las, chamamos a família ou o responsável para uma entrevista- Dá-se início ao “Estudo de Caso”, oferecemos o atendimento e caso a família aceite, passamos para o processo de Sondagem nos diferentes momentos da escola regular (sala de aula, recreio, educação física, e outros contextos escolares), depois ficamos com a criança no contra turno e damos continuidade ao processo de sondagem individual que tem duração variável, já que nós do AEE, trabalhamos com a fonte de interesse da criança. Buscamos conhecer sua deficiência somente para precauções, porque na verdade ao conhecermos O ALUNO estamos buscando suas potencialidades que é a principal fonte de nosso trabalho, é nosso pontapé inicial, trabalhamos de forma a desenvolver as habilidades cognitivas necessárias para que o aluno seja de fato incluído na sala regular e na sociedade.

Para atendermos as necessidades pedagógicas desses alunos dentro da Sala de Recursos são planejados todos os passos, observando cada necessidade específica, tanto física como material. Por isso, contamos com rampas, para melhor acessibilidade dos cadeirantes; cadeira adaptada na sala para alunos com deficiência física; colchonetes; teclado de computador adaptado; jogos e materiais pedagógicos diversos adaptados com o velcro, visando um melhor manuseio por parte do aluno; como também, com letras grandes e alto relevo para alunos com baixa visão; plano inclinado, dentro outros que são adequados de acordo com a particularidade de cada aluno.

Após esse momento inicial que se dá através da coleta de dados por parte da família e da escola, da confecção de materiais adaptados e do estudo de caso da criança como um todo, a próxima etapa será montar um plano de atendimento individual (em apêndice) de cinco meses que venha à atender as principais necessidades educacionais desse aluno, sendo que desse plano serão montadas as rotinas individuais do mesmo, para cada atendimento realizado. O atendimento é dividido em três momentos, utilizando as diversas ferramentas pedagógicas disponíveis em sala, sendo os mesmos registrados pelos alunos no seu caderno de comunicação, para melhor acompanhamento do seu desenvolvimento cognitivo, tanto

para nós professores, como também para a família acompanhar de perto esse processo peculiar.

Para Freire, ensinar,

requer aceitar os riscos do desafio do novo, enquanto inovador, enriquecedor, e rejeitar quaisquer formas de discriminação que separe as pessoas em raça, classes... É ter certeza de que faz parte de um processo inconcluso, apesar de saber que o ser humano é um ser condicionado, portanto há sempre possibilidades de interferir na realidade a fim de modificá-la. Acima de tudo, ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando. (pg.33,34)

Sendo assim, também é oferecido aos professores da sala regular uma formação mensal com os professores do AEE, visando promover, além de uma troca de experiências de ambas as partes, um conhecimento específico sobre cada tipo de deficiência e transtornos, proporcionando ao professor da sala regular um melhor entendimento a cerca do presentes na sala de aula, visto que os mesmos alegam um certo despreparo para receber alunos com deficiência, justamente por não terem conhecimento sobre a caso de seus alunos, para que assim se sintam mais capazes de lidar com as diversas situações área.

Nós como professores do AEE buscamos orientar os colegas professores da sala regular com relação ao conhecimento científico referente a cada tipo de deficiência, bem como, dar dicas de atividades que podem ser desenvolvidas pelo aluno na sala de aula comum, estimulando desse modo sua autonomia, sua autoestima, fazendo com que o mesmo se sinta parte do processo como todos os outros alunos, despertando sua capacidade e suas habilidades. Pois temos que entender tão somente que a inclusão é uma inovação que perpassa as paredes da escola e sugere mudanças maiores, mudanças de paradigma, de conceito, de visão, mudança de mundo, a começar por nós mesmos.

## **Passo a passo do Atendimento ao aluno**

Tendo em vista todos os pontos que foram abordados com relação a implantação da Sala de Recursos Multifuncionais e seus principais objetivos, se faz mister relatar minha experiência enquanto profissional da educação atuante na área.

Como já foi citado anteriormente, existem pré-requisitos que tornam os alunos aptos para fazerem parte do atendimento educacional especializado, sendo que, logo após a coleta desses dados fundamentais, é realizado juntamente com a ajuda da família o chamado estudo de caso do(a) aluno(a), que consiste no relato de todos os fatos referentes a criança, desde a gestação, momento do parto, primeiros anos de vida, até sua idade atual, focando em sua vivência, tanto na escola como no seu meio social como um todo. O professor do AEE tendo em mãos esses dados, irá fazer uma listagem abordando as principais características do (a) aluno (a), observando suas principais dificuldades, os meios para superá-las, bem como, suas habilidades; a partir desse primeiro estudo, será elaborado então um Plano de Atendimento, onde serão contempladas essas três vertentes: dificuldades, soluções e habilidades. Esse plano de atendimento será executado no período de cinco a seis meses, sendo reavaliado sempre que for necessário, de acordo com as necessidades apresentadas no decorrer do atendimento pelo (a) aluno (a).

Tendo em mãos essas duas ferramentas primordiais, que irão nortear a qualidade do atendimento ao aluno, se faz necessário agora a elaboração de uma rotina semanal, que é dividida em três momentos distintos, buscando utilizar os diversos recursos presentes na sala; ao final do atendimento é realizada pequena avaliação para verificar o desempenho do mesmo durante o atendimento.

## **Relato de Experiência Pedagógica**

O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de propiciar oportunidades para inclusão sendo um espaço de transição para aquisição de hábitos e atitudes facilitando a convivência social numa classe especial ou regular de ensino.

Sendo assim, venho a público ressaltar quão satisfatório é para mim enquanto educadora desenvolver esse trabalho com pessoas com deficiência. Cada dia é uma nova oportunidade de aprendizado, tanto da minha parte, como da parte dos meus alunos, visto que em muitos momentos aprendo mais que ensino, tendo em vista a grande sensibilidade e esforço que percebo na participação dos mesmos nesse processo de ensino/aprendizagem.

O autor Paulo Freire em uma de suas obras descreve como sendo a figura do Professor:

“Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que não posso poder ser neutro, minha prática exige de mim uma definição, uma tomada de decisão. Decisão. Ruptura. (...) Sou professor a favor da luta constante, contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. (...) Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e me mobiliza. Sou professor a favor da beleza de minha própria prática, beleza que dela some se não cuida do saber que devo ensinar. Se não brigo por este saber. Se não luto pelas condições materiais necessárias, sem as quais meu corpo descuidado, corre o risco de amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa, mas não desiste.” (Pedagogia do oprimido)

Um bom professor é aquele que necessariamente está sempre em profunda análise de sua prática, pois se sabe como ser que não está pronto e acabado. Um professor comprometido estará sempre se recriando, não se permitirá parar de sonhar manter-se-á em constante reinvenção, na medida em que busca a transformação da sociedade e o ser mais dele e dos alunos. Nesse pensamento, deve consistir nossa prática diária de ensino; devemos nos preparar dia após dia para o desafio que é ser um profissional da educação em pleno século XXI.

O sistema de homogeneidade das escolas, e o seu processo de competição, fazem com o professor sinta-se impotente frente a um aluno especial, pois, a priori o que se enxerga são as dificuldades do aluno e não suas habilidades. Na concepção da maioria dos professores esse aluno não aprende mais nada. No entanto, sabemos que no momento da aprendizagem, se o aluno especial for provocado de forma correta, ocorrem sinapses, e ele consegue construir seus conhecimentos dentro de suas limitações e do seu potencial. Quanto mais esse aluno for induzido a pensar e

buscar sua aprendizagem, mais seus neurônios irão reagir e procurar meios para adaptar-se a esse novo conhecimento.

Assim, nessa perspectiva inclusiva, no acreditar que faz a diferença, é que consiste o Atendimento Educacional Especializado, na superação dos limites do aluno com algum tipo de deficiência, visto que esse aluno precisa sair da situação de recusa do conhecimento, para a sensação de que ele pode fazer e construir seu próprio conhecimento. Sem dúvidas, não há recompensa maior do que perceber o crescimento, o avanço desse aluno no que diz respeito ao seu desenvolvimento cognitivo, bem como, a sensação do mesmo ao sentir-se autor da sua própria história.

## **Estudo de caso do aluno José com Deficiência Múltipla (Paralisia Cerebral + Deficiência múltipla)**

### **Etapa 1- Apresentação do caso**

José é um adolescente de 15 anos de idade, tem paralisia cerebral por anoxia no parto; em uma tomografia realizada, aponta atrofia do hemisfério cerebral direito, com anomalia de sulcação; faz uso dos medicamentos Trileptal, Gardenal e Neosine. Faz uso de fraldas, começou a andar sozinho depois de um tratamento aos 10 anos, mas ainda apresenta dificuldades motoras, apresentando movimentos involuntários nas mãos.

O aluno mora com seus pais, que acabam por lhe superproteger, impedindo-lhe de exercer com autonomia atividades de sua vida diária, tais como: higiene, alimentação e vestimentas, pois tudo que o mesmo quer em determinado momento, seus pais e principalmente seus avós o fazem por ele, sem deixar que o mesmo se esforce para tal. Devido a essa superproteção o mesmo tem dificuldade em aceitar limites e regras que devem ser postos diante da sua idade, independente da sua deficiência, porque José deve ser tratado tal qual a fase em que se encontra. Sua família permitiu sua participação na Sala de Recursos Multifuncional (SRMF), visto que acredita que todo apoio se faz necessário para um melhor desenvolvimento de José. O aluno está matriculado no 3º ano do ensino fundamental, e a família demonstra insatisfação com a sala regular, aponta que seu filho não estar incluso nas

atividades realizadas pelos demais, deixando muito a desejar no que se refere à parte pedagógica que deveria ser ofertada com igualdade para todos. Já sua professora relata uma aflição muito grande por não se sentir preparada para trabalhar com uma criança com deficiência, e diz que sente muita dificuldade para comunicar-se com o aluno, visto que o mesmo não se comunica por fala. José necessita na sala regular de uma mesa e carteira adaptada, para atender suas necessidades motoras, proporcionando um mínimo de conforto possível; além de engrossadores para lápis, pincel, colher, entre outros; bem como, um plano inclinado, jogos adaptados leves no isopor e colados no velcro para facilitar o manuseio e pranchas de comunicação alternativa, são alguns recursos que devem ser adotados para um melhor aprendizado do aluno.

Quando iniciou sua participação no Atendimento Educacional Especializado, José era um garoto bem introvertido, demonstrou resistência a priori, nos primeiros dias não queria ficar na sala, mas no decorrer do atendimento o mesmo começou a mostrar interesse, visto que a sala é preparada com variadas opções para trabalhar diferentes atividades, e isso foi o encantando aos poucos. Não conseguia olhar nos meus olhos quando falava com ele, sempre desviava a atenção, mas José compreendia perfeitamente tudo que falava com ele; quando solicitando para realizar determinadas atividades, como por exemplo, o jogo de boliche que é o seu preferido, escutava minha solicitação e realizava os movimentos necessários para atingi-la, e a cada tentativa fica eufórico, isso demonstrava que ele era capaz para tanto, isso me fascinava, pois via sua autoconfiança dando seus primeiros passos.

A partir de então, o desenvolvimento do aluno foi gradativo, foi se interessando cada vez mais por descobrir novas possibilidades de aprender algo. Atividades desenvolvidas utilizando o computador o faziam vibrar, para realiza-la utilizava o teclado colmeia, para facilitar na sua coordenação motora. Como também, busquei trabalhar com ele atividades da sua vida diária que poderiam desenvolver sua autonomia, como um simples gesto de levar a colher até a boca, beber água sozinho, entre outras. Tendo em vista seu notável desenvolvimento, também procuramos orientar sua família, afim de que possam dar continuidade ao trabalho desenvolvido na no AEE, buscando nas atividades diárias incentivar a autonomia do aluno, evitando a superproteção que o impede de desenvolver suas habilidades. Pois percebemos que a família trata o mesmo como se ainda fosse um bebê, quando na verdade ele

deve ser tratado como alguém da sua idade, com limitações claras, mas com capacidade de ir além daquilo ao qual o limitaram. Portanto, se faz imprescindível essa conscientização no âmbito familiar, pois a escola por si só não pode realizar mudanças no que diz respeito ao crescimento cognitivo do aluno, mas convém que seja feita essa parceria com a família para que esse trabalho gere resultados positivos a longo prazo.

Com o passar do tempo, seu desenvolvimento tanto intelectual como social se tornou visível aos nossos olhos, é possível ver hoje seu entrosamento com a turma da sua sala regular, e isso muito nos alegra, pois é um avanço tremendo que se reflete na sua vida como um todo. Dessa forma, podemos constatar que é possível sim um aluno que apresenta tais deficiências se desenvolver, não como os demais alunos, mas de acordo com suas possibilidades e potencialidades, respeitando o seu tempo de aprendizagem. Isso vem a nos mostrar que o objetivo para ser alcançado, não tem que percorrer os mesmos caminhos dos demais, muitas vezes, uma criança opta por uma estratégia mais rápida, mais sucinta, enquanto outras necessitam de formas mais elaboradas, mais explicadas, com mais detalhes. O importante é proporcionar a esses alunos as condições necessárias ao seu desenvolvimento, que seja limitado, mas que provoque nessa criança a vontade de buscar sempre superar seus próprios limites.

## **Etapa 2- Esclarecimento do problema**

Para estudar o caso de José, é necessário que o professor do AEE identifique diversos aspectos relacionados ao seu desenvolvimento e aprendizagem que podem ou não explicar a natureza do problema. Esta etapa consiste na escuta da queixa trazida pela família ou pela professora, com a finalidade de identificar os aspectos das dificuldades ou potencialidades manifestadas por José. No caso em questão, é importante esclarecer os seguintes aspectos:

- Quais as potencialidades de José para aprendizagem e para interação na sala de aula?
- Qual é a natureza de sua dificuldade motora?

- Será necessário o uso de instrumentos ou recursos para auxiliá-lo na sua expressão gráfica?
- Em que situações em sala de aula ele demonstra maior interesse e se implica na atividade?
- Em que situações em sala de aula ele demonstra maior agitação e conseqüentemente falta de atenção e concentração?
- Quais são as situações diárias no qual o mesmo ainda não exerce sua autonomia?

### **Etapa 3- Observações do aluno em sala de aula e entrevista com a professora**

Para responder tais questionamentos, se faz necessário uma maior aproximação com o ambiente escolar no qual José se encontra inserido. Sendo assim, é realizada uma observação na sala de aula de José, para ver mais de perto seu comportamento e fazer os primeiros acompanhamentos junto a sua professora, que sem dúvidas é a uma das peças fundamentais que poderá somar esforços junto ao AEE para desenvolver as habilidades encontradas no mesmo.

A professora relata que José quase não se comunica em sala e em alguns momentos não consegue compreender o que ele pede, demonstrando nesse momento uma grande impotência diante de tal situação. O mesmo não apresenta uma boa coordenação motora, dificultando assim, sua participação nas atividades desenvolvidas em sala.

### **Etapa 4- Identificação da natureza do problema**

Após a coleta de todas as informações, é possível para o professor de o AEE identificar quais são suas reais dificuldades. Nesse caso, José apresenta problemas relacionados ao seu desenvolvimento intelectual; o que acaba dificultando seu desempenho em sala de aula. Mas José consegue compreender as situações ao

seu redor, só que não se expressa por meio da fala, o que acaba dificultando seu entrosamento com a professora e seus colegas de turma. Geralmente o mesmo se expressa por sorrisos quando gosta de algo e fica um pouco retraído quando não gosta. Devido a isso, sua professora demonstra insegurança com sua presença em sala, por simplesmente não saber o que fazer, como agir.

### **Etapa 5- Resolução do problema**

É possível supor que a natureza do problema de José é de ordem cognitiva e motora, a primeira gerada pela deficiência intelectual, o que acaba por interferir na sua comunicação. Enquanto a segunda, às sequelas neuromotoras que afetaram seu tônus muscular, ocasionando movimentos instáveis na preensão do lápis e dificuldades na motricidade ampla.

### **Etapa 6- O plano de AEE de José**

De posse de todas as informações destacadas anteriormente, é elaborado o plano de AEE, contendo os seguintes itens:

- **Objetivos previstos:** superação das dificuldades motoras, de evolução conceitual, de atenção e de concentração.

#### **Atividades do plano**

- **Para o desenvolvimento da capacidade grafomotora e da motricidade ampla:**

→ Atividades de desenho, pintura e o uso de diferentes instrumentos como suporte para sua expressão gráfica, como por exemplo, o computador; o uso de massa de modelar; a construção de maquetes; dentre outras atividades que envolvam também situações de sua vida diária.

- **Para desenvolvimento de conceitos**

→ Desenhar, jogo simbólico, dramatização, pintura, música, jogo da memória, associação de imagens e palavras, contato com variados gêneros textuais. Toda as atividades devem ser contextualizadas e significativas para o aluno e devem ser realizadas em situações lúdicas e cotidianas.

- **Atenção e concentração**

→ Jogos educativos diversos.

- **Oralidade**

→ Relatos orais, registro orla de passeios ou amostra de imagens que retratem o mesmo; atividade de dramatização e brincadeiras adaptadas para que o mesmo possa participar juntamente com seus colegas.

- **Interlocução entre a professora do AEE e a da sala do ensino comum**

→ Visa conhecer os efeitos do plano do AEE no comportamento do aluno em sala de aula.

- **Resultados esperados**

→ Como resultado, espera-se que José se reconheça como uma pessoa capaz de aprender e de se expressar e que ele desenvolva cada vez mais sua capacidade comunicativa por meio do uso das mais diversas expressões que consigam demonstrar seus anseios e seus desejos, buscando tão somente superar seus próprios limites.

Todas as interações de comunicação e atividades de aprendizagem devem ser respeitar a individualidade e a dignidade de cada aluno com deficiência múltipla. Isto se refere a pessoas que possuem como característica a necessidade de ter alguém que possa mediar seu contato com o meio. Assim, ocorrerá o estabelecimento de códigos comunicativos entre o deficiente múltiplo e o receptor. Esse mediador terá a

responsabilidade de ampliar o conhecimento do mundo ao redor dessa pessoa, visando a lhe proporcionar autonomia e independência.

Desse modo, sabemos que todas as pessoas se comunicam, ainda que em diferentes níveis de simbolização e com formas de comunicação diversas; assim, considera-se que qualquer comportamento poderá ser uma tentativa de comunicação. Dessa maneira, é preciso estar atento ao contexto no qual os comportamentos, as manifestações ocorrem e sua freqüência, para assim compreender melhor o que o aluno tem a intenção de comunicar e responder.

Infelizmente, com a homogeneização da sala regular, o professor não apresenta esse olhar crítico/reflexivo sobre a atuação desse aluno no ambiente no qual o mesmo se encontra inserido, no que diz respeito ao seu processo pedagógico. Alguns professores privilegiam o caminho das aprendizagens mecânicas quando atuam junto aos alunos que apresentam, além da deficiência física, também a intelectual. Ao invés de apelar para situações de aprendizagem que tenha raízes nas experiências vividas pelo aluno, atividades essas capazes de mobilizar seu raciocínio, propõem atividades baseadas na repetição e na memória. Frequentemente, essas atividades são desprovidas de sentido para os alunos. Esses professores privilegiam o caminho das aprendizagens mecânicas sob o pretexto de que os alunos os quais apresentam deficiência intelectual manifestam numerosas dificuldades nos processos de aprendizagem que eles agem pouco no mundo no qual evoluem e enfim, sob o pretexto de que os alunos antecipam o fracasso e não se apoiam sobre seus conhecimentos quando estão em situação de aprendizagem ou de resolução de problemas.

Agindo desta maneira, tais professores se comportam como se não reconhecessem no aluno que apresenta deficiência intelectual um sujeito capaz de crescimento e de afirmação. Seu acompanhamento pedagógico parece respaldado por uma concepção de aluno que se apoia sobre a ideia de insuficiência ou de lacuna, mesmo de falta no que diz respeito ao raciocínio. Os professores não reconhecem nesse aluno capacidades cognitivas as quais convém mobilizar para favorecer a melhor interação com o meio onde ele vive. Conseqüentemente, eles negam um aspecto absolutamente fundamental do desenvolvimento humano, a saber, o intelectual. Em suma, eles se fecham em uma pedagogia da negação. Uma

pedagogia que não reconhece o potencial dos alunos, sobretudo daqueles que apresentam deficiência intelectual e que, conseqüentemente, causa prejuízos para as suas aprendizagens e autodeterminação.

Face ao exposto, a função do professor do AEE consiste justamente em propor atividades que permitam eliminar as barreiras na aprendizagem e otimizar a aprendizagem dos alunos e sua inclusão no ensino regular. Essa ação, certamente, terá uma repercussão positiva no desempenho do aluno na sala de aula comum. Por isso, se faz tão necessário esse trabalho em conjunto dos professores do AEE e da sala regular, ambos trocam experiências e buscam juntos soluções que venham a desenvolver de forma considerável o desempenho desse aluno no seu processo educacional.

Algumas escolas ainda não se atentaram para o fato de que o tipo de pedagogia praticada é um fator determinante na evolução dos alunos, especialmente quando se trata de alunos com deficiência intelectual. A pedagogia que não leva em consideração as diferenças dos alunos, que não está atenta para as diferenças de ritmos, de interesses, de estilos de aprendizagem, ao invés de promover, nega o desenvolvimento e a aprendizagem desses alunos. Nega o que está garantido constitucionalmente a eles que é o direito à educação e à apropriação dos bens culturais construídos ao longo dos anos pela humanidade e transcritos em forma de conteúdos escolares.

### **Atividades e estratégias que podem corroborar com o desenvolvimento do aluno José na sala de aula**

#### **Proporção**

O desenvolvimento da coordenação motora pode ser mais lento em crianças que têm deficiência intelectual. Uma das maneiras de estimular o aluno a dominar seus movimentos é fazê-lo escrever o nome em folhas de papel de diferentes tamanhos.

Assim, ele também visualiza a necessidade de aumentar ou diminuir a letra de acordo com o espaço.

### **Integração**

É muito comum uma criança com deficiência intelectual ter problemas de oralidade. Por isso, aulas que estimulem o aluno a contar histórias são bem-vindas. É importante dar continuidade à atividade com bate-papos na classe sobre os personagens ou sugerindo que os estudantes dêem o próprio final à trama e o apresentem aos colegas. A atividade deve sempre ser feita com a turma toda.

### **Variedade**

Diversifique os meios de acesso ao conteúdo na sala de aula. Crianças com deficiência intelectual (e sem deficiência também) nem sempre aprendem por meio de folhas com exercícios impressos, livros didáticos ou material concreto de Matemática. Elas podem se identificar mais com músicas, passeios, desenhos, vídeos ou debates.

Estes são alguns fatores que se observados e aplicados em sala, podem contribuir de forma significativa no desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual. Para o deficiente intelectual ter sucesso em seu processo ensino-aprendizagem ele deve ser estimulado, amado, aceito, tratado com igualdade, tendo o professor como mediador de suas aprendizagens, pois apesar de levar mais tempo para aprender é capaz de adquirir habilidades intelectuais e sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concretização da política de inclusão já se torna perceptível quando as redes de ensino começam a se organizar para receber e oferecer as condições de aprendizagem a todo seu alunado. A escola que entendeu o princípio da inclusão sabe que precisa rever práticas pedagógicas, não porque agora tem a presença de um aluno com deficiência na sala de aula, mas porque compreendeu que não pode ignorar a diferença de seus alunos.

Podemos concluir que a inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes à diferença de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento dos mesmos como prioritário. A prática da inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo. O professor necessita conscientizar-se da diferença existente em sala de aula, que um aluno traz concepções cotidianas diferentes do outro, tem seu tempo de aprendizagem e estas precisam ser respeitadas. Por que a construção do conhecimento não é individual e sim coletiva.

Cabe ao professor ampliar as possibilidades de aprendizagem do aluno a partir de diferentes propostas didáticas as quais ele pode organizar no desenvolvimento das suas práticas pedagógicas. Para isso é importante refletir sobre os desafios do cotidiano escolar. Este novo olhar e esta nova forma de atuar ampliam as possibilidades de desenvolvimento profissional e pessoal do professor, afinal, incluir é mais que inserir, é interagir e contribuir para a formação dos educandos como um todo, eis o lema que nos move no trabalho que realizamos no Atendimento Educacional Especializado, consiste na certeza que o “Acreditar faz sim a diferença” e que nós educadores também podemos, assim como nossos alunos, ultrapassar nossos limites, no intuito de promover uma educação de qualidade, em seu sentido real.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ações sobre necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Aluno Deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**, 1º edição, Campinas, SP, ed. Autores e Associados, PUC, 2003.

Decreto Nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008. In: **Coletânea de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 dez. 2009.

PIRES, José. **A questão ética frente às diferenças: uma perspectiva da pessoa como valor**. In: **Inclusão compartilhando saberes**, Petrópolis – Rio de Janeiro, ed. Vozes, 2006.

----- . **Saberes e Práticas da Inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem – deficiência múltipla**. Brasília. MEC/SEESP, 2004, v.3. (Série Educação Infantil).

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

YIN, Roberto K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/inclusão-atendimento-educacional-especializado-aprendizagem>. Acesso em 12 de Julho de 2013.

## **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: O ACREDITAR FAZ A DIFERENÇA!**

**ARAÚJO, Joziane Guedes**

### **RESUMO**

Desde a fomentação da Declaração de Salamanca, em 1994, muitos estudos a respeito da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares, passaram a ter grande relevância e vêm proporcionando espaço para discussões essenciais a acerca do acesso a um sistema de ensino adequado para atender, de maneira eficaz, a estes alunos. Nesta perspectiva, o presente artigo pretende expor uma abordagem de experiência prática entre docente e discentes que apresentam necessidades educacionais especiais, como também analisar o desenvolvimento gradativo destes alunos, inclusos em um ambiente que, de fato, lhe é favorável, tanto em habilidades quanto em competências. Para tanto, toma-se como dados para análise de registro, a reunião de fatores internos/externos que permeiam a vivência discente para uma diagnose efetiva (planejamento, elaboração, execução de atividades), observando o reflexo que a metodologia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha na aprendizagem deste aluno. Alguns resultados apontam para o fato de que a necessidade especial quando trabalhada de forma sistematizada/adequada, em muito contribui para a realização individual de cada aluno que, por sua vez, necessita de um olhar crítico-constructivo que observe e que proponha desafios para que este aluno se supere e se desenvolva. O AEE, portanto, confirma a desmistificação de uma série de preconceito que envolvem os indivíduos com necessidades educacionais especiais e corrobora com o fato de que avanços e progresso são sempre possíveis, basta nos esforçarmos.

**Palavra-chave:** Inclusão, ensino, experiência, aluno.

**EDUCATIONAL SERVICE SPECIALIST:  
The BELIEVE MAKES A DIFFERENCE!**

**ARAÚJO, Joziane Guedes**

**ABSTRACT**

Since the fostering of Salamanca Statement in 1994, many studies about including students with special needs in regular classes, have gained great importance and come essential providing space for discussions about access to an educational system appropriate to meet, effectively to these students. In this perspective, this article aims to expose an approach of practical experience between teachers and students who have special educational needs, as well as analyze the gradual development of these students included in an environment that, in fact, is favorable both in skills and in skills. Therefore, take as data for log analysis, the factors reunions internal / external permeating the student experience for an effective diagnosis (planning, drafting, implementation of activities), observing the reflection that the methodology of the Educational Service Specialist (AEE) plays in student learning this. Some results point to the fact that the special need when worked in a systematic way / proper, contributes significantly to the achievement of each individual student who, in turn, requires a critical-constructive notice and that the challenges to propose this student to excel and develop. The ESA, therefore, confirms the demystification of a series of bias involving individuals with special educational necessities and corroborates the fact that advances and progress are always possible, just strive.

**Keyword:** Inclusion, education, experience, student.